

SINTERGIA CONVOCA PARA ASSEMBLEIA

Compartilhamos abaixo o Boletim Linha Viva do SINTERGIA conclamando os eletricitários a comparecerem à Assembleia, amanhã, 08/11, para deliberar sobre a greve geral que está sendo mobilizada pelos sindicatos, federações e centrais de trabalhadores do Brasil, em reação às propostas do novo governo.



7 de novembro

2016

Rumo à Greve Geral

Sindicatos, federações e centrais de todo o Brasil estão se mobilizando para preparar a greve geral marcada para o dia 11 de novembro como forma de pressionar parlamentares e impedir a votação de uma série de propostas que, se aprovadas, significarão o maior arrocho contra a classe trabalhadora em todo o período republicano e o Sintergia está convocando a categoria para discutir o assunto.

Veja abaixo algumas dessas medidas:

Idade mínima para aposentadoria

Uma das pautas prioritárias do novo governo golpista é fazer uma reforma na Previdência Social. Entre as propostas em discussão até agora, os principais afetados serão as mulheres e quem começou a trabalhar mais cedo.

Atualmente, é possível se aposentar por tempo de contribuição e idade. Para isso, existe a regra 85/95. Nessa conta, a mulher que tiver 30 anos de contribuição e 55 anos já pode se aposentar sem descontos. O mesmo vale para o homem de 60 anos e 35 anos de contribuição. Caso o aposentado já tenha cumprido os anos de contribuição, mas não tiver atingido a idade mínima, poderá se aposentar, mas com descontos.

Na nova regra, tanto homem quanto mulheres se aposentarão pela idade mínima de 65 anos.

Fim do reajuste do salário mínimo

Uma das ideias da nova equipe econômica é acabar com a regra do reajuste do salário mínimo (crescimento do PIB + inflação). Isso terá um impacto direto para o trabalhador que recebe o salário mínimo efetivamente, mas também para os aposentados que recebem o piso do benefício – já que o reajuste também baseado nos acréscimos do salário mínimo.

Fim dos gastos mínimos em saúde e educação

Para implementar o teto de gastos públicos, o governo Temer terá de mexer em dispositivos Constitucionais e acabar com os gastos mínimos em saúde e educação. Isso significa precarizar direitos fundamentais e garantidos pela Constituição de 1988. Foi só a partir de 1988, com o surgimento do SUS (Sistema Único de Saúde) que qualquer cidadão pode ter acesso a saúde pública e gratuita. O novo ministro golpista da Saúde, Ricardo Barros, já afirmou que quer reduzir o tamanho do SUS.

Fim da CLT

Uma das propostas de Temer é a sobreposição do negociado em acordos sindicais sobre o legislado – as leis trabalhistas. A medida já tramita em um projeto de lei na Câmara dos Deputados. Outro projeto quer permitir a redução da jornada de trabalho com diminuição salarial. Pode significar o fim dos direitos garantidos pela CLT, sobretudo em áreas com sindicatos mais frágeis.

Pauta anti-trabalhador avança na Câmara

Outras propostas de emenda à Constituição e projetos de Lei que tramitam na Câmara podem receber fôlego nesse novo governo. Entre elas, está a PEC 18/2011, do deputado federal Dilceu Sperafico (PR-PR), que abre a possibilidade para o ingresso no mercado de trabalho de jovens a partir dos 14 anos de idade. Já o PL 3842/2012 do deputado federal Moreira Mendes (PSD-RO) quer flexibilizar o entendimento de trabalho escravo na legislação.

Assembleia

**Dia 8 de novembro de 2016, às 18 horas
No Auditório do Sintergia
Avenida Marechal Floriano, 199/10º andar**

NENHUM DIREITO A MENOS!

Uma representação forte se faz com associados unidos e mobilizados!

UNAM-SE A NÓS NA LUTA PELOS NOSSOS DIREITOS, ASSOCIE-SE: [ficha de inscrição](#)

**A Diretoria, em 7 de novembro de 2016.
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL**

